

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.104 - RJ
(2019/0119358-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
**EMBARGANTE : SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TELEFONIA E
DE SERVICO MOVEL CELULAR E PESSOAL -
SINDITELEBRASIL**
**ADVOGADOS : SACHA CALMON NAVARRO COELHO - RJ112794
GABRIEL PRADO AMARANTE DE MENDONCA - RJ164897
CESAR VALE ESTANISLAU - MG151831
MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI - RJ112793
ANDRE MENDES MOREIRA - RJ126363
GUILHERME CAMARGOS QUINTELA - RJ164674**
EMBARGADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : LUIZ ALBERTO MIRANDA GARCIA DE SOUSA - RJ085290

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. OMISSÃO, NÃO CARACTERIZADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Sindicato Nacional das empresas de telefonia e de serviço móvel celular e pessoal, contra decisão monocrática de minha relatoria, cuja ementa estabelece, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. DECISÃO QUE INDEFERIU MEDIDA LIMINAR. SÚMULA N. 735/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nas razões dos aclaratórios, a recorrente a embargante alega a existência de omissões na decisão monocrática, na medida em que: (i) o plenário do STF autoriza em sede liminar, a declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário, excetuando a aplicação da Súmula Vinculante n.º 10/STF; (ii) o TJRJ afastou indevidamente os preceitos do artigo 1.012, § 3º, do CPC/2015; (iii) o enunciado da súmula 735/STF visa, impedir que as Cortes Superiores sejam instadas a se manifestar sobre decisões cuja provisoriedade permita o saneamento da ofensa apontada por outras vias que não a do recurso extraordinário – e também especial.

Impugnação aos aclaratórios às fls. 299/304 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão

Superior Tribunal de Justiça

exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Deveras, o recurso não comporta acolhimento.

Com efeito, não há omissão a ser sanada. Compulsando-se as razões do recurso especial, se verifica às fls. 91/98 (e-STJ) que o embargante, ora recorrente postula duas premissas para fundamentar a alegação de ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015. Vejamos, *in verbis*:

I. A concessão do efeito suspensivo ativo demandaria a declaração de inconstitucionalidade incidenter tantum das leis instituidoras do FEEF, o que só poderia ser feito no âmbito do Órgão Especial da Corte, em respeito à súmula vinculante nº 10;

II. O efeito pretendido pelo Recorrente não encontraria respaldo no art. 1012, § 3º, do CPC, sobretudo por ter a liminar anteriormente deferida sido revogada pelo juízo sentenciante.

A saber, estas duas premissas jurídicas que fundamentam a suposta ofensa ao comando do artigo 1.022 do CPC/2015, foram enfrentadas pelo acórdão proferido na origem ao assim se pronunciar, *in verbis*:

Em que pesem os argumentos expendidos, não é possível a concessão do efeito suspensivo pretendido. Conforme ressaltei na decisão atacada, a liminar não foi confirmada pelo Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça, valendo sempre destacar a presunção de constitucionalidade das leis.

Ademais, afirma o agravante a inconstitucionalidade da Lei Estadual e do respectivo Decreto, no entanto, como é sabido, em sede de controle de constitucionalidade difuso, os órgãos fracionários dos tribunais devem observar o verbete sumular de natureza vinculante n.º 10 do E. STF, bem como o artigo 97 da CRFB.

Aplica-se aqui a cláusula de reserva de plenário, ou seja, somente pela maioria absoluta dos integrantes do tribunal ou do respectivo órgão especial será reconhecida a inconstitucionalidade.

Diante de tais fatos, considerando a impossibilidade de reconhecimento de inconstitucionalidade pelo órgão fracionário, aliada a regra da presunção de inconstitucionalidade da norma é que deve ser indeferida a pretensão do agravante.

Aliado a tais argumentos, o indeferimento deve ser mantido, considerando o que ressaltei na decisão atacada, já que a hipótese não se amolda a nenhuma das hipóteses do § 3º, do artigo 1.012 do CPC/2015, o que afasta a possibilidade de concessão do efeito pretendido.

Detaco, que embora tenha sido concedida a liminar pelo magistrado de primeiro

grau, posteriormente, a mesma foi revogada, o que, repito, afasta a aplicação do § 3º, do artigo 1.012/2015.

Por fim, destaco que a alegação de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, por si só, não é causa para a concessão da liminar pretendida.

Da fundamentação do excerto, verifica-se que os vícios apontados não se sustentam.

Isto porquanto o acórdão expressamente consignou que não se pode

Superior Tribunal de Justiça

antecipar a tutela pleiteada na medida em que o órgão responsável pelo julgamento da apelação não pode reconhecer a inconstitucionalidade das normas apontadas, inconstitucionalidade de que depende o provimento da apelação.

Ademais, afastou a aplicação do art. 1.012, § 3º, pois o que se pretende não é o efeito suspensivo, até porque tal efeito é concedido por lei à apelação, mas é a concessão, por via transversa, de liminar para afastar a incidência do ICMS.

Assim, não observo negativa de prestação jurisdicional, mas prestação contrária à pretensão recursal.

Igualmente este ponto específico fora tratado na decisão recorrida, às fls. 285/286 (e-STJ), de modo que a pretensão do ora embargante visa rediscutir o mérito da decisão, não tendo conteúdo integrativo, pois visa externar seu mero inconformismo com os termos da decisão que examinou o capítulo recursal referente à suposta ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015.

Com efeito, a tese de omissão da recorrente é genérica e não merece respaldo. Deveras, os embargos de declaração não se prestam ao re julgamento da causa, por mero inconformismo da parte vencida. Para tal descontentamento, a legislação processual prevê outras espécies de recurso, de fundamentação ampla e livre, em que seja permitido ao recorrente a mais irrestrita devolutividade.

Neste sentido, os declaratórios apenas são cabíveis nos casos estritamente previstos no CPC/2015 [ou no CPC/1973, a depender da data de publicação do julgado embargado], não se prestando a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. JUÍZO PROVISÓRIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL REALIZADO PELA CORTE ESTADUAL. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. COMPETÊNCIA DESTES TRIBUNAL SUPERIOR PARA A APRECIÇÃO DEFINITIVA DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS. 2. INTEMPESTIVIDADE RECURSAL. COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE, NOS TERMOS DO ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRECEDENTES. INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ART. 932 DO NCPC. 3. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O juízo provisório de admissibilidade do recurso especial realizado pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a apreciação definitiva dos pressupostos desse recurso. Precedente.

2. Nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso. Assim, inaplicável à hipótese o entendimento firmado por esta Corte, ainda sob a ótica do regramento processual previsto no Código de Processo Civil de 1973, no sentido de admitir a comprovação, em agravo interno, da ocorrência de feriado local ou suspensão do expediente forense no Tribunal de origem, como

Superior Tribunal de Justiça

pretende a agravante.

2.1. De fato, "a intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis" (AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro Raul Araújo, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 19/12/2017).

2.2. Segundo entendimento do STJ, "o dia do servidor público (28 de outubro), a segunda-feira de carnaval, a quarta-feira de cinzas, os dias que precedem a sexta-feira da paixão e, também, o dia de Corpus Christi - não são feriados nacionais, sendo imprescindível a comprovação de suspensão do expediente forense na origem" (AgInt no REsp n. 1.715.972/MA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018).

3. É cabível o arbitramento dos honorários recursais, porquanto o recurso especial foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015, em consonância com o entendimento proferido no julgamento dos EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1392162/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019)

Ademais, ressalta-se a higidez da decisão monocrática, na medida em que esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas a violação direta do dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir sobre a interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa (AgRg no AREsp 233.015/RS, Rel.

Neste sentido, os declaratórios apenas são cabíveis nos casos estritamente previstos no CPC/2015 [ou no CPC/1973, a depender da data de publicação do julgado embargado], não se prestando a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. JUÍZO PROVISÓRIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL REALIZADO PELA CORTE ESTADUAL. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. COMPETÊNCIA DESTA TRIBUNAL SUPERIOR PARA A APRECIÇÃO DEFINITIVA DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS. 2. INTEMPESTIVIDADE RECURSAL. COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE, NOS TERMOS DO ART. 1.003, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRECEDENTES. INAPLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ART. 932 DO NCPC. 3. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. 4. AGRAVO INTERNO

Superior Tribunal de Justiça

IMPROVIDO.

1. O juízo provisório de admissibilidade do recurso especial realizado pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a apreciação definitiva dos pressupostos desse recurso. Precedente.

2. Nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso. Assim, inaplicável à hipótese o entendimento firmado por esta Corte, ainda sob a ótica do regramento processual previsto no Código de Processo Civil de 1973, no sentido de admitir a comprovação, em agravo interno, da ocorrência de feriado local ou suspensão do expediente forense no Tribunal de origem, como pretende a agravante.

2.1. De fato, "a intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis" (AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro Raul Araújo, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 19/12/2017).

2.2. Segundo entendimento do STJ, "o dia do servidor público (28 de outubro), a segunda-feira de carnaval, a quarta-feira de cinzas, os dias que precedem a sexta-feira da paixão e, também, o dia de Corpus Christi - não são feriados nacionais, sendo imprescindível a comprovação de suspensão do expediente forense na origem" (AgInt no REsp n. 1.715.972/MA, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018).

3. É cabível o arbitramento dos honorários recursais, porquanto o recurso especial foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015, em consonância com o entendimento proferido no julgamento dos EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1392162/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator